

PSDB e PFL disputam a paternidade do programa para o segundo Governo de FH

Teotônio diz que propostas são social-democratas; ACM, que é 70% pefelista

Catia Seabra e Rudolfo Lago

• BRASÍLIA. O programa de governo de Fernando Henrique Cardoso já está provocando um duelo entre os dois principais partidos aliados ao presidente. PSDB e PFL disputam a paternidade do programa, batizado de "Avança Brasil: mais quatro anos de desenvolvimento para todos" e apresentado por Fernando Henrique na quinta-feira. Enquanto pefelistas vêm nele a cara do liberalismo, tucanos garantem que é um legítimo plano social-democrata.

— O programa é de origem tucana, é social-democrata. Tem como objetivo a melhoria de qualidade de vida, o resgate da cidadania. Isso é social-democracia — diz o presidente do PSDB, senador Teotônio Vilela Filho (AL).

O presidente do Senado, Antônio Carlos Magalhães (PFL-BA), discorda. Antônio Carlos assegura que boa parte do programa é produto das propostas pefelistas. E ironiza:

— O PSDB sabe que os programas dos dois partidos são muito parecidos. O programa do presidente tem muita coisa do PFL. Eu diria que uns 70% — afirma.

ACM diz que todo programa tem propostas comuns

Segundo Antônio Carlos, a proposta tem muitas coisas óbvias, comuns a todo programa de governo, mas conta com a vantagem de apresentar metas viáveis. Outro parlamentar lamentou que o programa seja tímido na hora de oferecer soluções para o Nordeste. Para o coordenador política da campanha, Euclides Scalco, o programa é realista. Um exemplo é que não apresenta metas para a reforma agrária quando poderia ter contraposto com números a meta de Luiz Inácio Lula da Silva de assentar um milhão de famílias. Para Scalco, porém, o programa se centra nas propostas de políticas sociais, aproximando-se do PSDB.

— O Governo conseguiu aprovar as reformas econômicas que eram necessárias. O próximo vai poder cuidar do social — avalia.

Uma comparação com o livro "Premissas e projeções para um programa de governo", que reúne



FERNANDO HENRIQUE: divergências na base aliada durante o governo continuam na disputa por mais um mandato

as propostas do PFL, revela mais diferenças que semelhanças. O PSDB é o único partido que defende o parlamentarismo como questão programática. Mas não conseguiu, por pressão do PFL, incluir menções ao parlamentarismo no programa. O vice-presidente Marco Maciel e Antônio Carlos são presidencialistas. Ainda por pressão de Antônio Carlos, o programa não estabeleceu como obra prioritária o projeto de transposição das águas do São Francisco, defendido pela maioria dos políticos nordestinos do PSDB e do PMDB.

O programa do PFL, porém, centra-se mais no aprofundamento das questões econômicas, propondo como tema central a passagem da política de estabilidade da moeda para uma de crescimento, com incentivos às empresas nacionais. O programa de Fernando Henrique prioriza as propostas sociais, dando mais atenção às metas para saúde, educação e criação de empregos.

A proposta de reforma agrária

do PFL busca mais assegurar a "efetiva garantia do direito individual à propriedade" do que aumentar o número de assentamentos. O programa de governo não traça metas para o assentamento, mas ressalta que a política de desapropriação de terras será mantida e vai avançar.

Na educação, partido e projeto tomam direções opostas

As propostas para a educação também são bem diversas. O PFL propunha prioridade para o ensino fundamental, enquanto o projeto de Fernando Henrique prioriza o ensino médio e profissionalizante. O PFL sugeria ainda uma mudança no critério de oferta de vagas na escola pública, propondo um financiamento *per capita*, baseado na demanda, que negasse vagas a quem pudesse pagar. O programa de governo divulgado nada menciona sobre isso.

Na área de segurança, o PFL pregava a criação da Secretaria Nacional de Segurança Pública, diretamente ligada ao presidente,

para combater o crime organizado. A proposta não foi incorporada. O programa apenas cita que será intensificada a luta contra o crime organizado e estabelece como uma das prioridades a prevenção da delinquência juvenil.

Há semelhanças, porém, nas propostas para a área trabalhista. O PFL propunha uma modernização da organização sindical, acabando com o sindicato único. O programa de governo também propõe o pluralismo sindical. Os dois programas também defendem o fim do imposto sindical compulsório. O PFL sugeria uma "ampliação do leque de possibilidades quanto a contratos de trabalho, buscando contratos mais flexíveis". Propunha ainda retirar o trabalho sem vínculo empregatício da informalidade. O programa de governo não vai tão longe, mas sugere o fim das normas de contrato determinadas pela Justiça de Trabalho, estabelecendo que tudo o que for acordado entre empresas e sindicatos nas negociações será possível. ■